

INCLUSÃO NA ESCOLA

Lima, Claudia helena Cardoso de Oliveira.

Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agraria de Itapeva

Telma

Docente de Faculdade de Ciências Sociais e Agraria de Itapeva

RESUMO

O ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Os alunos com deficiência aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo real. (...) Igualmente importante, seus pares e também professores aprendem como agir e interagir com ele (STAINBACK, 1999) .

Nas salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem – se por terem a oportunidade de aprender umas com a s outras, desenvolvem – se para cuidar umas das outras e conquistam as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos (In. STAINBACK 1999).

PALAVRA CHAVE:

Habilidade, oportunidade, interagir

ABSTRACT

Inclusive education provides people with disabilities the opportunity to gain skills for work and life in community. Students with disabilities learn how to act and interact with their peers in the real world. (...) Equally important, their peers and teachers also learn how to act and interact with (Stainback, 1999)

In classrooms integrated enrich all children - by having the opportunity to learn from each other, develop - to take care of each other and gain the attitudes, skills and values necessary for our communities to support the inclusion of all citizens (In. Stainback 1999)

KEY WORD:

Skill, opportunity, interact

1ª INTRODUÇÃO

Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma mudança capaz de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade.

Mas, quem é o aluno diferente? Quais são as suas possibilidades, seus desejos, suas dificuldades e limitações? Para responder a essas e outras questões, precisamos perguntar ao aluno. Para perguntar a ele, é necessário antes acolhê-lo, admitindo que todo aluno traz consigo um conhecimento de sua realidade, que não pode ser desconsiderado. É isso que propõe PAULO FREIRE em “pedagogia do Oprimido” (1987), ao afirmar que toda ação educativa somente será válida se precedido de reflexões sobre o ser humano, que se deseja educar, e seu ambiente de inserção.

A escolha do presente tema se fez de maneira natural, uma vez que acontece estágio nas escolas municipais que tem alunos com deficiências incluídos e esse estágio conta com a presença dos estudantes do Curso de Pedagogia, o que na classe regular, seu comportamento, como se dá a sua aprendizagem, de que modos os mesmos são acolhidos pelos colegas e pelo docente titular da sala.

Assim o objetivo geral do presente estudo. É justamente a coleta e análise de dados bibliográficos sobre o tema, a fim de que se possa estabelecer alguma comparação da teoria e a prática pedagógica. A inclusão é hoje um fato com o qual cada um se depara, carecendo de elementos de estudo e reflexão.

Os objetivos específicos estarão mais direcionados ao trabalho pedagógico com a criança hiperativa, suas dificuldades, de que maneira se processa o aprendizado, através da observação direta da conduta da criança; estabelecer limites – até onde pode/deve interferir de modo não criar mais conflitos; organizar um rol de atividades possíveis de serem aplicada a essa determinada criança a fim de estimular as áreas que serão trabalhadas; traçar metas a serem atingidas pela criança hiperativa e também, dentro do possível, aos demais alunos com deficiências.

2º Desenvolvimento

A evolução dos serviços de Educação Especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, visando apenas ao bem estar da pessoa com deficiência, para uma outra, em que foram priorizados os aspectos médicos e psicológico, como destaca SASSAKI (1997), ou seja as pessoas portadoras de deficiência eram expostas á discriminação e frequentemente declaradas como doentes; o modelo medico na deficiência designava o papel desamparado e passivo desses pacientes, sendo considerados dependentes do cuidado de outras pessoas, incapazes de trabalhar, levando vidas inúteis.

PAULA(2004) nos mostra que o marco relevante nessa nova abordagem da deficiência, tendente a modificar não só o sistema das classificações, mas também, e sobretudo, a prática da integração, foi o Warnock Report, relatório britânico publicado em 1978 e realizado por uma comissão dirigida por Mary Warnock, encarregada de elaborar proposta para a melhoria da educação de jovens com deficiência. Este relatório introduz, pela primeira vez o conceito de “aluno com necessidades educativas especiais”, conceito bastante amplo que enfatiza aspectos instrumentais e funcionais, ou seja, o que se pode fazer para receber e tratar esse aluno no ambiente escolar comum, da melhor forma possível.

A partir meados da década de 70 e claramente assumida nos anos 80, surge uma filosofia de Integração Educativa como opção principal da grande maioria dos países, defendendo que o ensino das crianças e jovens com dificuldades especiais deve ser feito, pelo menos tanto quanto possível, no âmbito da escola regular. A prática da inclusão vem da década de 80, consolidada nos anos 90, seguindo o modelo social da deficiência, de acordo com o qual a nossa tarefa consiste em modificar a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos, etc.) para torna-la capaz de acolher as

peças que apresentem algumas diversidades, demonstrando com isso, que se trata de uma sociedade de direito para todos.

3º CONCLUSÕES

FERRREIRA (2005) escreve que o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com Declaração de Salamanca, Espanha, REALIZADA PELA UNESCO na Conferência Mundial sobre Princípios, Políticas e Práticas Educacionais Especiais, representando 88 governos e 25 organizações internacionais.

No Brasil o movimento pela inclusão cresceu e gerou diversas discussões sobre a estrutura do ensino atual. Como qualquer cidadão, todas as crianças e adolescentes com necessidades especiais tem o direito de estudar. E é exatamente para assegurar esse direito que surge a chamada “Educação Inclusiva”.

As superiores (as pessoas com altas habilidades) ou inferiores (pessoas com deficiência física, auditiva, visual, múltiplas e os portadores de condutas típicas de síndromes). Tais categorias em que são classificadas as pessoas, muitas vezes, as levam a serem excluídas e vistas como pessoas que não comungam dos mesmos anseios sociais, devendo ser sociedade possui uma visão de homem e classifica os indivíduos de acordo com esta visão. Estamos acostumados a um padrão de normalidade e todos aqueles que fogem ao padrão de beleza, de inteligência, de capacidade, são considerados segregados em ambientes à parte do convívio social.

Na perspectiva dos direitos humanos é evidente que todos devem ter as mesmas oportunidades de aprender e desenvolver suas capacidades para, assim, alcançar a independência social e econômica, bem como se integrar plenamente na vida comunitária. Por esta razão, as mesmas oportunidades oferecidas pela sociedade aos estudantes sem deficiência devem se estender aos estudantes com deficiência sensorial, física, menta, cerebral ou múltipla.

A inclusão dos estudantes com deficiência em escola regular/comum permite com que a sociedade perceba, de uma maneira mais positiva, estes estudantes, assim podendo eliminar de seu seio o preconceito para com as pessoas com deficiência.

Quando uma escola se dispõe a colocar o modelo inclusivo como modelo educacional, ela só tem a ganhar, pois, entre outras vantagens, ela está estimulando seus estudantes a aceitar e compreender as diferenças, desenvolver o cooperativismo entre eles, fortalecer as amizades e respeitar as pessoas e suas limitações.

A inclusão é uma proposta, um ideal. Se quisermos que nossa sociedade seja acessível, que delas todas as pessoas com necessidades especiais possam participar em igualdade de oportunidades, é preciso fazer desse ideal uma realidade a cada dia.

A ação de cada um de nós, das instituições e dos órgãos, deve ser pensada e executada no sentido de divulgar os direitos, a legislação e implementar ações que garantam o acesso de todos.

Ainda que assegurada em lei, a Educação Inclusiva ainda e pouco praticada no nosso país, pois exige um novo padrão de escola. E preciso não só modernizar os aspectos estruturais, mas também aperfeiçoar as práticas pedagógicas e aliar-se a comunidade para atender as diferentes condições dos indivíduos e mudar o contexto atual de uma hora para outra e impossível. A inclusão é um processo e envolve mudanças em todos nós por isso é um trabalho longo e desafiador.

Para que uma "criança especial" possa ser incluída numa situação em que todos a considerem "normal" e que a sua autoestima seja aumentada, em que se desenvolvam relações interpessoais e interações com seus colegas (com ou sem dificuldades especiais) é necessário desenvolver estratégias adequadas e devidamente planejadas. E indispensável uma mudança no projeto político pedagógico da escola, em sua concepção de homem, sociedade e mundo.

Na concepção de MANTOAN (2004):

4ª REFERENCIAS

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. Inclusão- Um guia para educadores Porto Alegre Artes Medicas 1999.

FREIRE, P Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 2. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

PAULA, J. Inclusão: mais que um desafio escolar, um desafio social. São Paulo: Jairo de Paula, 2004.

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Revista de Educação Especial, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Egler, Inclusão ou o direito de ser diferente na Escola. Revista Construir Noticias, junho, 2004.